

MEMORIAL DESCRITIVO

REFORMA E AMPLIAÇÃO UBSF SANTA TEREZA SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE

ADMINISTRAÇÃO:

Alexandre Lindenmeyer
Prefeito Municipal

João Carlos Brahm Cousin
Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

Maicon de Barros Lemos
Secretário de Município da Saúde

EQUIPE TÉCNICA:

Arq. e Urb. Guilherme Valente Elias
CAU/RS A581500

Eng. Everton Mena Lopes
CREA/RS 166622

Eng. Michele Schneider
CREA/RS 202803

VERSÃO 01

Rio Grande, novembro de 2017.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

OBJETO:

PROJETO EXECUTIVO REFORMA E AMPLIAÇÃO UBSF SANTA TEREZA.

LOCALIZAÇÃO:

TRAVESSA PADRE CAIO, S/N, SANTA TEREZA, RIO GRANDE/RS.

SECRETARIA SOLICITANTE:

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE

CONTATOS:

EQUIPE TÉCNICA: (53) 3233 8436 – RAMAL: 2212

FISCALIZAÇÃO: (53) 3233 ____

SECRETARIA SOLICITANTE: (53) 3233 8470

PRAZO:

10 MESES.

ORÇAMENTO:

R\$ 221.843,95

PROJETOS INTEGRANTES:

PROJETO ARQUITETÔNICO

PROJETO ELÉTRICO

PROJETO HIDROSSANITÁRIO

PROJETO ESTRUTURAL

SUMÁRIO

ASPECTOS GERAIS	5
1 Serviços Iniciais.....	5
1.1 Placa de Obra	5
2 Administração Local	6
3 Serviços Finais	6
3.1 Limpeza Final da Obra	6
4 Generalidades	2
5 Execução da Obra.....	2
5.1 Infraestrutura	2
5.2 Supraestrutura	3
5.3 Alvenarias	4
5.4 Paredes de Gesso Acartonado	5
5.5 Revestimentos.....	6
5.6 Forro de PVC.....	7
5.7 Peitorís e Soleiras em Granito Polido.....	8
5.8 Cobertura	8
5.9 Esquadrias	8
5.10 Revestimento Cerâmico	11
5.11 Pintura	14
5.12 Cobertura em Policarbonato.....	15
6 Projeto Hidrossanitário	15
6.1 Água Fria.....	15
6.2 Esgoto	17
6.3 Aparelhos e Metais.....	19
7 Instalações Elétricas	20
7.1 Alimentação do Quadro de Distribuição	21
7.2 Quadro de Distribuição	21
7.3 Disjuntores	22
7.4 Dispositivo Residual (Dr) Tetrapolar.....	22
7.5 Dispositivo Protetor Contra Surtos (Dps)	22

7.6	Cabos e Fios Elétricos	23
7.7	Eletrodutos	24
7.8	Luminárias, Tomadas e Interruptores	24
8	Lógica e Telefonia	26

ASPECTOS GERAIS

O presente documento tem por objetivo estabelecer critérios, especificar materiais e descrever os serviços técnicos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA ganhadora do processo licitatório, no que tange o Projeto de Reforma e Ampliação da UBSF Santa Tereza.

O Prédio objeto da reforma situa – se na Travessa Padre Caio, s/n , Santa Tereza, na cidade do Rio Grande.

Para melhor compreensão e ciência das exigências para a execução dos serviços a empresa deverá fazer a leitura e análise do documento em anexo (ANEXO A), que trata do processo licitatório, do andamento e administração da obra, segurança do trabalho e do recebimento da mesma.

Compete a CONTRATADA fazer a verificação e comparação de todos os documentos citados neste memorial e/ou relacionados na folha de rosto deste documento. Do resultado dessa verificação preliminar deverá a CONTRATADA dar a imediata comunicação escrita ao CONTRATANTE, apontando discrepâncias, omissões ou erros que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanadas divergências que possam causar contratempo ao perfeito desenvolvimento da obra. Cada item do projeto tem suas especificações e/ou detalhamentos nas respectivas pranchas do Projeto (preferencialmente) e/ou neste Memorial.

A execução de todos os serviços devem ser apoiados nas respectivas normas técnicas, legislações, bem como neste memorial e seus anexos. As presentes especificações poderão ser alteradas ou acrescidas, devido a alguma particularidade, desde que, previamente, estejam cientes e de acordo os técnicos projetistas.

1 SERVIÇOS INICIAIS

1.1 PLACA DE OBRA

Será de responsabilidade da contratada, providenciar a confecção e afixação da placa de obra, de acordo com o modelo normatizado pela prefeitura municipal do rio grande.

A placa deverá ser confeccionada em chapas planas, metálicas galvanizadas ou de madeira impermeabilizada, em material resistente a intempéries. Deverá ser fixada em local bem visível, preferencialmente no acesso principal da obra, voltada para via publica que favoreça a visualização. Recomenda-se que a placa seja mantida em bom estado de conservação, durante todo período de execução da obra.

Segue a figura 2 com o modelo de placa de obra de acordo com parâmetros da prefeitura municipal do rio grande:

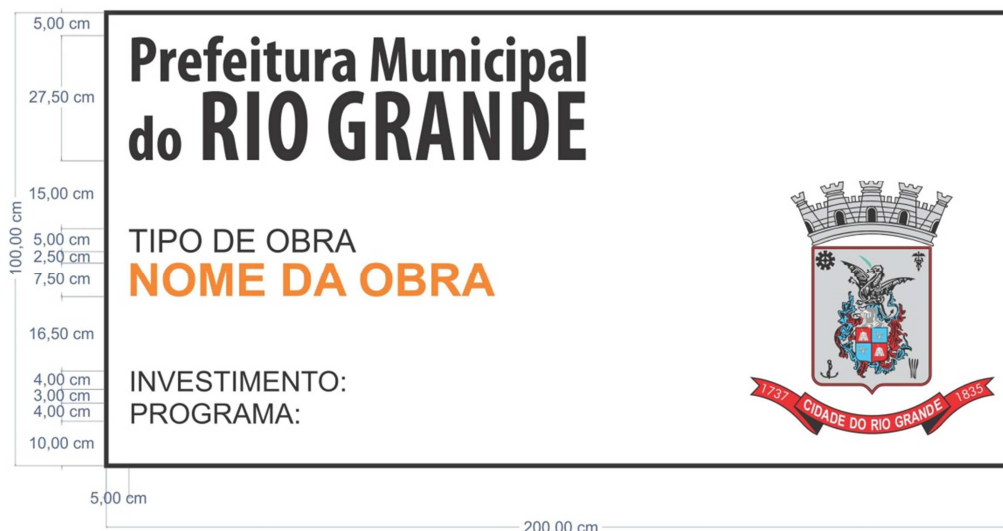


FIGURA 1 – Modelo de Placa Prefeitura Municipal do Rio Grande.

2 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Para que se garanta o bom andamento da obra deverá ser mantido junto ao canteiro de obra um encarregado geral de obra. Além disso a obra deve possuir responsável técnico devidamente habilitado.

3 SERVIÇOS FINAIS

3.1 LIMPEZA FINAL DA OBRA

A obra deverá ser entregue totalmente limpa, e pronta para ocupação e/ou uso imediato.

A CONTRATADA deverá proceder à periódica remoção do entulho e dos detritos, bem como a qualquer momento a pedido da fiscalização, para que os mesmos não se acumulem no canteiro durante a obra dificultando sua execução ou fiscalização de qualquer serviço, ou causando riscos de acidentes.

O material proveniente da limpeza sem serventia para a obra deverá ser removido para área externa existente e acondicionado conforme legislação vigente, sob a responsabilidade da CONTRATADA.

PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES

**REFORMA E AMPLIAÇÃO
UBSF SANTA TEREZA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE**

Arq. e Urb. Guilherme Valente Elias
CAU/RS A581500

Eng. Michele Schneider
CREA/RS 202803

Eng. Everton Mena Lopes
CREA/RS 166622

4 GENERALIDADES

4.1.1 Demolições, remoções ou retiradas

A CONTRATADA deverá antes de proceder com os serviços de demolições, remoções ou retiradas isolar todas as instalações (hidrossanitárias, elétricas, telefônicas, dados etc.) existentes nas áreas em foco.

Todos os serviços de demolições, remoções ou retiradas que necessitem a interrupção parcial ou total de um serviço (exemplo: água, energia elétrica, rede de dados, telefonia etc.) deverão ser planejados e previamente informado à fiscalização ou ao responsável pelo equipamento urbano (intervenientes) para que este tome as devidas providências.

A CONTRATADA deverá proteger os arredores da área que estiver sofrendo uma destas intervenções para garantir a incolumidade destas. Todos os problemas decorrentes desta fase que comprometa as áreas abaixo ou adjacentes serão considerados de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Antes do início destes serviços, a CONTRATADA deverá proceder a um detalhado exame das situações e condições do equipamento urbano. Deverão ser considerados aspectos importantes como: a natureza da estrutura, o estado de conservação e de estabilidade, o risco de desabamentos, e a necessidade de escoramentos ou travamentos, bem como a necessidade de proteção ou retirada provisória de elementos artísticos ou decorativos.

O serviço em si só poderá ser iniciado após os devidos escoramentos e preparos de cada local.

Os materiais, instalações, peças e outros bens incluindo os artísticos ou decorativos após suas remoções deverão ser transportados devidamente acondicionados e armazenados em locais especificados no projeto complementar apropriado, e na omissão destes de acordo com as orientações da fiscalização.

5 EXECUÇÃO DA OBRA

5.1 INFRAESTRUTURA

5.1.1 Fundações

A estrutura de fundação a ser utilizada será do tipo sapatas isoladas de concreto armado com fck mínimo de 25MPa, e vigas baldrame sob as alvenarias, tal estrutura deverá ser assentada sob lastro de brita com espessura mínima de 5cm.

5.1.2 Impermeabilização

Antes do assentamento dos tijolos das alvenarias das paredes, a superfície da viga de respaldo deverá ser impermeabilizada com asfalto em quatro camadas contínuas e uniformes, sem falhas. Após o assentamento da primeira fiada de tijolos será repetida a impermeabilização de asfalto de modo que as faces laterais e superiores destes tijolos sejam totalmente recobertas. Após, pulverizar com areia grossa.

A Fiscalização verificará a perfeita cobertura da camada de impermeabilização.

Sobre a camada de regularização do contrapiso, deve ser executada uma impermeabilização constituída de elastômero flexível a frio do tipo Igolflex ou similar, aplicado em três demãos (consumo de 2Kg/m²).

5.1.3 Aterro

Todos os espaços, delimitados pelas vigas baldrame das salas de aula, deverão ser aterrados com reaproveitamento de material excedente das valas e suplementação com material isento de matéria orgânica, colocado em camadas sucessivas de 0,20m (vinte centímetros), devidamente molhadas e apiloadas, evitando posteriores recalques e proporcionando perfeita compactação.

5.1.4 Contrapiso

Os novos contrapisos, após o preenchimento dos espaços aterrados, deverão ser executados com espessura de 7 cm de concreto (com brita 1 e pedrisco, adicionado de impermeabilizante), sobre camada de brita 1, com 5 cm, previamente molhada e apiloadas. Deverá ser uniforme e nivelado, de forma a facilitar a execução do piso propriamente dito.

5.2 SUPRAESTRUTURA

É obrigatório que a contratada mantenha na obra um jogo completo de pranchas, a fim de consulta dos fiscais e/ou projetistas.

Todos os cálculos do projeto estrutural estão baseados na NBR6118 (Cálculo de estruturas de concreto).

Todas as peças estruturais estão com seu detalhamento em plantas anexas a este memorial.

Obrigatoriamente o concreto utilizado deverá ser do tipo usinado com resistência característica à compressão mínima de 25Mpa. Os procedimentos devem ser todos realizados de acordo com a boa técnica e dentro das normas aplicáveis a cada tipo de serviço. Não serão permitidas trocas de dimensões das estruturas, nem substituição das peças.

Fica a critério da fiscalização o controle da fidelidade da execução ao projeto visando o perfeito funcionamento da estrutura.

Qualquer dúvida sobre o projeto deve ser sanada antes da execução, visto que se for constatada incompatibilidade entre execução e projeto, este não será recebido.

Não serão aceitas pelo projetista, modificações feitas sem consulta prévia do mesmo.

Todas as estruturas de concreto só poderão ser desformadas quando possuírem pelo menos 2/3 de sua resistência projetada.

5.2.1 Pilares

Os pilares estão detalhados em projeto, possuem fck mínimo de 25Mpa e cobrimento das armaduras de 3,0cm. A armadura longitudinal será sempre com aço CA-50 e as armaduras transversais serão com aço CA-60.

As formas dos pilares aparentes devem ser de material que permita que o pilar fique com uma superfície lisa e de acabamento padrão, sem imperfeições.

Os pilares devem ser concretados em uma única etapa.

Caso os pilares sejam concretados antes do levantamento da alvenaria, para a união das alvenarias com os pilares, devem ser colocados grampos ou telas de amarração, afim de aumentar a rigidez do conjunto.

5.2.2 Vigas

As vigas serão de concreto armado e estão dimensionadas e detalhadas em projeto, possuem fck mínimo de 25Mpa e cobrimento das armaduras de 3,0cm. A armadura longitudinal será sempre com aço CA-50 e as armaduras transversais serão com aço CA-60.

Deverão ser obedecidas as normas e preceitos básicos na execução das formas de madeira e escoramento necessários para o serviço. Deverão ser utilizadas formas em chapas, para permitir uma superfície lisa e sem imperfeições nas partes visíveis da estrutura.

As vigas deverão receber um acabamento, visando o emparelhamento com o reboco das paredes.

5.2.3 Lajes

As lajes serão de concreto armado e estão dimensionadas e detalhadas em projeto, possuem fck mínimo de 25Mpa e cobrimento das armaduras de 2,5cm. Deverão ser obedecidas as normas e preceitos básicos na execução das formas e escoramento necessários para o serviço.

5.2.4 Considerações Gerais

As concretagens deverão ser executadas somente após a liberação da fiscalização, que acompanhará a concretagem para garantir que as orientações e o projeto estejam sendo atendidos. Uma vez constatada divergência em algum item de projeto a fiscalização não autorizará a concretagem.

Todos os elementos de concreto devem ser vibrados com vibrador de imersão, do tipo agulha, afim de garantir o melhor adensamento do concreto.

Deve-se prever nas concretagens das diversas peças de concreto as passagens das tubulações elétricas, de lógica e hidrossanitárias.

5.3 ALVENARIAS

As alvenarias serão executadas com utilização de tijolos cerâmicos furados a frontal (14 cm em “osso” para paredes internas e 19 cm em “osso” para paredes externas). A argamassa para assentamento terá traço 1:6 (cimento e areia) com aditivo para melhorar a trabalhabilidade.

Todos os tijolos devem ter resistência igual ou superior a 2,5 MPa, igualdade nas dimensões, arestas vivas, superfícies ásperas e cor uniforme, sem manchas. Deverão ser molhados antes do assentamento.

A alvenaria superior das portas e alvenaria superior e inferior das janelas (vergas e peitoris) deverão ser armados com vigas 15 x 10 cm (4 ferros 6,3 mm, estribos 5 mm cada 20 cm), ultrapassando os vãos, no mínimo, em 40 cm, quando a viga de cobertura não coincidir com as vergas.

Todos os “panos” de alvenaria deverão ser levantados por fiada, para toda a construção.

A alvenaria deverá ser assentada com argamassa impermeável até a quarta fiada.

5.4 PAREDES DE GESSO ACARTONADO

A execução das paredes de gesso acartonado e os materiais utilizados deverão seguir as recomendações deste MD e das seguintes normas:

- NBR 15.758-1: 2009 – Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall – Projeto e procedimentos executivos para montagem. Parte 1: Requisitos para sistemas usados como paredes;
- NBR 15.758-2: 2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall – Projeto e procedimentos executivos para montagem. Parte 2: Requisitos para sistemas usados como forros;
- NBR 15.758-3: 2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall – Projeto e procedimentos executivos para montagem. Parte 3: Requisitos para sistemas usados como forros;
- NBR 14.715-1: 2010 – Chapas de gesso para drywall - Requisitos;
- NBR 14.715-2: 2010 – Chapas de gesso para drywall – Métodos de ensaio;
- NBR 15.217: 2009 – Perfis de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall – Requisitos e métodos de ensaio.

Seguem abaixo algumas diretrizes gerais para a instalação de paredes de gesso acartonado:

As chapas de gesso acartonado utilizadas em todos os ambientes devem ser do tipo RU, Resistentes à Umidade, também conhecidas como “chapas verdes”; elas possuem elementos hidrofugantes e são indicadas para uso em áreas úmidas, como banheiros.

O transporte e o armazenamento dos materiais devem seguir rigorosamente as recomendações do fabricante, sob pena de o material ser considerado inutilizável pela fiscalização.

O padrão de acabamento das “juntas” desejado é de “Nível A”, ou seja, qualidade superior: as juntas devem ser tratadas normalmente incluindo o lixamento, além da preparação da superfície com produtos que garantam maior planicidade. Este nível de acabamento proporciona superfícies com excelente desempenho mesmo com incidência de luz rasante (natural ou artificial).

Em todas as paredes, deve-se ter o cuidado de elevar a chapa de gesso 1cm em relação ao piso pronto. Esta medida é facilmente “mantida” utilizando-se tiras da própria chapa como calço.

As chapas devem vir de fábrica com as bordas rebaixadas para que possibilite o correto “tratamento” das juntas. Nos pontos de corte, ou nas bordas inferior e superior, onde a chapa não contará com o rebaixamento de fábrica, será necessário fazer um pequeno biselamento, a fim de retirar materiais soltos como pedaços de papel, cartão ou gesso. Em seguida, deve-se proceder da mesma maneira que no tratamento de juntas entre bordas rebaixadas.

Para o tratamento das juntas entre as placas, deve-se utilizar passa específica para este fim, pronta ou em pó, e fita de papel microperfurado.

Segundo o Manual de Montagem de Sistemas Drywall, elaborado pela Associação Drywall, o tratamento de juntas básico recomendado deve seguir a seguinte sequência:

- Aplicar uma primeira camada de massa de rejunte sobre a região da junta.
- Marcar o eixo da junta com espátula metálica.
- Colocar a fita de papel microperfurado sobre o eixo da junta, com sua saliência sobre a primeira camada de massa.
- Pressionar firmemente a fita para eliminar o excesso de massa evitando bolhas de ar, vazios e enrugamento, com o uso de uma espátula de aço.
- Cobri-la com uma leve camada de massa para que a fita não se desprenda, enquanto a massa sob a fita ainda estiver úmida.
- Após a secagem completa, variável em função do tipo de massa, da temperatura e da umidade relativa do ar, poderá ser executado o acabamento final da junta com uma ou mais aplicações de massa com desempenadeira metálica, devendo-se nivelar a junta com a superfície das chapas.

* Sempre aguardar a secagem completa de cada demão. Antes da pintura, a região das juntas e dos parafusos deverá ser lixada com lixa envolta em taco de madeira ou outro elemento de base plana, eliminando rebarbas e ondulações.

- Após o recobrimento da fita com a massa, deve-se aplicar uma demão de massa com cerca de 30 cm de largura de cada lado da fita, sem cobri-la. Tais demãos laterais devem sempre terminar a zero em relação à chapa, ou seja, precisamente no mesmo nível desta.

Por fim, as cabeças dos parafusos devem ser tratadas com a mesma massa utilizada nas juntas. A aplicação da massa deve ser feita em duas camadas cruzadas, em duas demãos. A segunda só deve ser aplicada após a secagem completa da primeira.

5.5 REVESTIMENTOS

Inicialmente aplicar-se-á chapisco com argamassa preparada mecanicamente em canteiro, na composição 1:3 (cimento: areia média), com 0,5 cm de espessura.

Deverão ser empregados métodos executivos adequados, observando, entre outros:

- A umidificação prévia da superfície a receber o chapisco, para que não haja absorção da água de amassamento por parte do substrato, diminuindo, por conseguinte a resistência do chapisco;
- O lançamento vigoroso da argamassa sobre o substrato;
- O recobrimento total da superfície em questão.

Após a cura do chapisco (no mínimo 24 horas), aplicar-se-á revestimento tipo emboço, com espessura de 1,5 cm, no traço 1:2:8 (cimento : cal em pasta : areia média peneirada).

A argamassa deverá ser preparada mecanicamente a fim de obter mistura homogênea e conferir as desejadas características desse revestimento: trabalhabilidade, capacidade de aderência, capacidade de absorção de deformações, restrição ao aparecimento de fissuras, resistência mecânica e durabilidade.

A aplicação na base chapiscada será feita em chapadas com colher ou desempenadeira de madeira, até a espessura prescrita. Quando do início da cura, sarrafear com régua de alumínio, e cobrir todas as falhas. A final, o acabamento será feito com esponja densa.

Deverão ser fixadas mestras de madeira de forma a garantir a correta execução do emboço.

Os emboços deverão apresentar paramento camurçado. A argamassa constituinte dos emboços será argamassa industrializada.

A aceitação do revestimento estará condicionada a inspeção e aprovação da Fiscalização.

O desvio de prumo do revestimento sobre paredes internas, ao final da sua execução, não deve exceder $H/900$, sendo H a altura da parede, em metros.

O desvio de nível do revestimento de teto, ao final da sua execução, não deve exceder $L/900$, sendo L o comprimento do maior vão do teto, em metros.

Na verificação da planicidade do revestimento interno, após a eliminação dos grãos de areia soltos na superfície, devem-se considerar as irregularidades graduais e as irregularidades abruptas da superfície. As ondulações não devem superar 3mm em relação a uma régua com 2,00m de comprimento. As irregularidades abruptas não devem superar 2,00mm em relação a uma régua com 20,00cm de comprimento.

O revestimento de reboco deve apresentar textura uniforme, sem imperfeições, tais como: cavidades, fissuras, manchas e eflorescência, sendo sua aceitação condicionada à aprovação da Fiscalização.

5.6 FORRO DE PVC

O forro de PVC será utilizado somente nas salas do prédio existente no fundo da unidade e na sala de reuniões.

Todos os forros deverão ser contínuos, sendo interrompido somente nos encontros com as paredes de alvenaria.

O forro de PVC deverá ser uniforme, sem recortes ou emendas aparentes, na cor branca. Deverá o forro, apresentar 10 cm de largura, ou medida aproximada. Os forros serão de PVC Rígido, fabricados a partir de Cloreto de Polivinila de alto peso molecular.

O forro de PVC não ficará em contato com fontes de calor superiores a 50°C. Para tanto, serão evitadas luminárias com lâmpadas incandescentes junto ao forro de PVC, e empregadas sempre luminárias de luz fria.

O armazenamento das placas será feito em local abrigado de poeiras e intempéries e serão empilhadas horizontalmente em pilhas de até 60 (sessenta) placas.

Todas as precauções serão tomadas para evitar-se que as chapas sejam submetidas a esforços que eventualmente possam ocasionar deformações. Recomenda-se o uso de papelão ondulado, lona ou outro material adequado como proteção provisória.

As placas serão manuseadas com o máximo de cuidado possível, pois trata-se de material de acabamento sensível. Recomenda-se o uso de luvas de borracha para evitar que a gordura e o suor das mãos possam impregnar as chapas de ferro.

As placas de PVC rígido serão cortadas com lâminas abrasivas ou serras de dentes finos e com trava não acentuada, devendo manter o comprimento das régua de ferro cerca de 5mm menor do que o vão a ser forrado, em todas as extremidades junto às paredes, para permitir a livre dilatação do material.

As régua de PVC serão fixadas em sarrafeamento de madeira de cedrinho, seção 2,5cmX5cm, devidamente imunizada contra a ação de cupins, preso à estrutura da cobertura, de forma vertical, e espaçadas 40cm entre si, em sentido perpendicular à fixação das régua de PVC. A fixação das régua na estrutura de sustentação será realizada conforme as recomendações do fabricante, através de pregos, grampos ou parafusos.

Todas as etapas do processo executivo será inspecionada pela Fiscalização, em conformidade com as indicações de projeto, bem como com as diretrizes gerais deste item.

5.7 PEITORÍS E SOLEIRAS EM GRANITO POLIDO

Os peitoris e as soleiras deverão ser em granito polido, com espessura mínima de 2,5cm, nas dimensões exatas dos vãos.

5.8 COBERTURA

A Cobertura será executada em telhas de fibrocimento, onduladas de 6,00 mm, com inclinação mínima de 10° ou 17,6%.

As tesouras deverão ser executadas em madeira de lei liberada pela Fiscalização. As tesouras serão todas dupladas com um espessamento máximo de 2,00m e todo o telhado contraventado, com a mesma madeira das tesouras bem como as terças. O apoio das telhas deverá ser feito utilizando-se uma peça de madeira como elemento intermediário, a fim de garantir condições adequadas de apoio. Esta peça de madeira deverá sempre estar firmemente fixada à sua base, a fim de evitar o seu deslocamento por ação do vento.

O madeiramento deverá ser tratado com substância protetora (cupinicida) do tipo “Carbolíneo” ou similar.

5.9 ESQUADRIAS

5.9.1 Esquadrias de Vidro Temperado

Nas esquadrias especificadas a utilização de vidro temperado, empregar vidro temperado, incolor e nos tamanhos e recortes indicados em projeto.

As chapas serão inspecionadas no recebimento quanto à presença de bolhas, fissurações, manchas, riscos, empenamentos e defeitos de corte, e serão rejeitadas quando da ocorrência de qualquer desses defeitos; poderá ser escolhido o adequado acabamento das

bordas (corte limpo, filetado, lapidado redondo, ou lapidado chanfrado). Aceitar-se-á variação dimensional de, no máximo 3,0 mm para maior ou para menor.

Deverão, ainda, ser instalados nos respectivos caixilhos observando-se a folga entre a chapa de vidro e a parte interna, a qual deve ser aproximadamente 6,0 a 8,0 mm para cada lado.

5.9.2 Esquadrias de Alumínio

As janelas serão em alumínio anodizado natural com locais, características, dimensões, revestimentos indicados nos desenhos.

As esquadrias deverão atender a este MD bem as normas abaixo:

- NBR 12609 - Alumínio e suas ligas — Tratamento de superfície — Anodização para fins arquitetônicos — Requisitos;
- NBR-10821 - Esquadrias externas para edificações;
- NBR 7199 - Projeto, execução e aplicações de vidros na construção civil;
- NBR 9243 - Alumínio e suas ligas — Tratamento de superfície — Determinação da selagem de camadas anódicas — Método da perda de massa; e
- NBR 6486 - Caixilho para edificação - Janela, fachada-cortina e porta externa - Verificação da estanqueidade à água.

A anodização deverá ser classe A18 (processo de oxidação anódico para proporcionar recobrimento de óxido pigmentado com espessura mínima de 18 micras), isento de defeitos. No caso de cortes após a anodização dos perfis, as superfícies sem anodização não poderão estar visíveis.

O acabamento das superfícies dos perfis de alumínio será caracterizado pelas definições dos projetos arquitetônicos e que sejam fabricadas com ligas de alumínio que apresentem bom aspecto decorativo, inércia química e resistência mecânica.

A execução deverá ser esmerada, evitando-se por todas as formas e meios, emendas nas peças e nos encontro dos montantes verticais e horizontais. Deverá ter vedação perfeita contra ventos e chuvas sendo que se apresentarem qualquer vazamento, este deverá ser imediatamente corrigido.

Os materiais a serem empregados deverão ser de boa qualidade, novos, limpos, perfeitamente desempenados e sem nenhum defeito de fabricação ou falhas de laminação com acabamento superficial uniforme, isento de riscos, manchas, faixas, atritos e/ou outros defeitos.

Os quadros serão perfeitamente esquadriados, tendo os ângulos soldados bem esmerilhados ou limados, permanecendo sem rebarbas ou saliências de soldas.

As esquadrias não deverão ser forçadas contra os contra marcos ou vãos porventura fora de esquadro, ou de escassas dimensões. Deverá ter especial cuidado para que as armações não sofram distorções quando fixadas.

As barras e os perfis serão extrudados necessariamente na liga ABNT 6063-T5 e as roldanas, fechos, recolhedores, escovas de vedação, guarnições de EPDM, comandos, alças e

demais acessórios deverão ser de primeira qualidade proporcionando funcionamento preciso, suave e silencioso ao conjunto por longo tempo.

Para execução das esquadrias, deverão ser feitos preliminarmente os levantamentos e medições no local para conferi-las, posteriormente, assentar os contra marcos para somente no final da obra após a pintura a colocação das esquadrias nos contra marcos, observando prumo e nível das mesmas, bem como pelo seu perfeito funcionamento.

Todas as esquadrias fornecidas à obra deverão ter embalagem de proteção, serão transportadas e estocadas com sarrafos de madeira entre as peças e manuseadas com o maior cuidado, uma vez que não serão aceitas esquadrias com arranhões, vestígios de pancadas ou pressões etc.

A retirada da embalagem de proteção só será efetuada no momento da colocação da esquadria nos contra marcos. Todas as esquadrias de alumínio deverão possuir trincos para fechamento interno.

Os vidros utilizados nas esquadrias deverão ser tipo canelado e ter espessura mínima de 4,00 mm, além de obedecer a NBR 7199.

Todas as janelas deverão possuir tela do tipo mosquiteiro.

As seguintes janelas serão removidas e realocadas da seguinte maneira: a janela existente onde será a sala de procedimento deverá ser removida e realocada para a parede da fachada principal nesta mesma sala; a janela existente no banheiro da antiga associação dos moradores passará para o novo WC dos funcionários; e a janela que será removida do Quarto 2 da antiga associação será reutilizada na nova cozinha.

5.9.3 Esquadrias de Madeira

As portas deverão ser de madeira semi-oca, de espessura mínima de 35 mm. Na execução do serviço, a madeira deverá ser de boa qualidade, seca e isenta de defeitos, tais como rachaduras, nós, escoriações, empenamento, etc.

As folhas deverão respeitar o padrão comercial 70cm, 80 cm, etc.

Toda madeira que for utilizada em qualquer fase da obra e no canteiro de obras deverá ser possuir certificação FSC (Forest Steward ship Council) ou Conselho de Manejo Florestal. A comprovação através de documentos e nota fiscal deverá ser entregue para a fiscalização juntamente com a medição.

Todas as portas de madeira serão pintadas com esmalte sintético (livre de solvente) seguindo o padrão de cor existente.

A ferragem para as portas de abrir deverão ser do tipo interna, acabamento cromado, estas não poderão receber pintura.

As dobradiças deverão ser de latão com pinos também em de latão.

As ferragens deverão ser executadas rigorosamente em perfeito acabamento, sem folgas ou emendas, nela inclusa seus rebaixos ou encaixes.

Deverão ser verificadas as cargas das peças a serem fixadas pelas ferragens, principalmente as dobradiças, que deverão ser suficientemente robustas, de forma a suportarem com folga, o regime de trabalho a que venham a ser submetidas.

Todas as chaves deverão possuir numeração correspondente às portas e serem fornecidas em duas vias em chaveiros identificados.

A porta existente na fachada que será ampliada será realocada conforme consta no projeto arquitetônico.

5.9.4 Cortina Perfurada Automatizada

A porta principal possuirá cortina metálica perfurada automatizada com dimensões conforme projeto arquitetônico.

5.9.5 Grades de Ferro

Todas as Janelas serão protegidas por grade e tela de arame ondulado galvanizado fio 12 malha 3,0x3,0cm. A Grade será pintada com tinta esmalte e antes da aplicação da pintura, a mesma deverá receber fundo anticorrosivo. Referencia: Grades existentes.

5.10 REVESTIMENTO CERÂMICO

5.10.1 Piso Cerâmico

Utilizado nos ambientes indicados em projeto, o piso tipo Cerâmico deve ter as seguintes características técnicas:

- dimensão 45cmX45cm;
- retificado;
- acabamento acetinado;
- resistência superficial à abrasão = PEI 5
- classe de uso = 5;
- resistente à produtos químicos GA

O material escolhido deve ser submetido à aprovação da fiscalização antes do seu assentamento no local.

O assentamento das peças deve ser feito com argamassa colante tipo ACII.

Deve ser utilizado o método de dupla colagem, que consiste na aplicação da argamassa colante, com desempenadeira dentada 8mm, no contrapiso e no tardo de cada peça, conforme especificado na NBR 13753:1996.

Todas as peças devem ser perfeitamente niveladas entre si, ter as juntas alinhadas e de espessura uniforme. A espessura das juntas deve ser a mínima especificada pelo fabricante do revestimento, normalmente indicada na caixa, mantida com espaçador plástico durante o assentamento.

O rejuntamento deve ser feito após 72 horas do término do assentamento com rejunte epóxi à base d'água, de coloração o mais próxima possível à do porcelanato e seguindo a metodologia de aplicação indicada pelo fabricante, respeitando principalmente o preparo, os tempos para limpeza e cura do material.

Para preparação da base, verificar se está curada há mais de 14 dias, limpa, seca e plana e que tenha sofrido todas as retrações próprias do cimento e estabilizadas as possíveis fissuras, e, se necessário, nivelá-la.

Não será permitida a passagem sobre a pavimentação dentro de três dias do seu assentamento;

Não será tolerado o assentamento de peças rachadas, emendadas, com retoques visíveis de massa, com veios capazes de comprometer seu aspecto, durabilidade e resistência ou com quaisquer outros defeitos.

Caberá a Contratada minimizar ao máximo as variações de tamanho e tonalidade especificadas em relação às cores existentes buscando sua aproximação evitando assim caracterizar diferentes cores no piso.

5.10.2 Revestimento Cerâmico em Paredes

Inicialmente aplicar-se-á chapisco com argamassa preparada mecanicamente em canteiro, na composição 1:3 (cimento: areia média), com 0,5 cm de espessura. Deverão ser empregados métodos executivos adequados, observando, entre outros:

- A umidificação prévia da superfície a receber o chapisco, para que não haja absorção da água de amassamento por parte do substrato, diminuindo, por conseguinte a resistência do chapisco;
- O lançamento vigoroso da argamassa sobre o substrato;
- O recobrimento total da superfície em questão.

Após a cura do chapisco (no mínimo 24 horas), aplicar-se-á revestimento tipo emboço, com espessura de 1,5 cm, no traço 1:2:8 (cimento : cal em pasta : areia média peneirada). A argamassa deverá ser preparada mecanicamente a fim de obter mistura homogênea e conferir as desejadas características desse revestimento: trabalhabilidade, capacidade de aderência, capacidade de absorção de deformações, restrição ao aparecimento de fissuras, resistência mecânica e durabilidade.

A aplicação na base chapiscada será feita em chapadas com colher ou desempenadeira de madeira, até a espessura prescrita. Quando do início da cura, sarrafear com régua de alumínio, e cobrir todas as falhas. A final, o acabamento será feito com esponja densa.

Deverão ser fixadas mestras de madeira de forma a garantir a correta execução do emboço.

Os emboços deverão apresentar paramento camurçado. A argamassa constituinte dos emboços será argamassa industrializada, referência Qualimassa ou similar.

O assentamento dos revestimentos só deve ocorrer após um período mínimo de cura da base de sete dias sobre emboço e de 14 dias sobre as demais bases. A disposição do assentamento deve ser prevista para que haja o mínimo possível de cortes das peças.

A superfície que irá receber a argamassa colante deve estar limpa, isenta de materiais estranhos, a exemplo de pó, óleos, tintas, etc., que possam impedir a boa aderência da argamassa colante, e deve estar alinhada em todas as direções, de forma que tenha em toda a

sua extensão um mesmo plano, já que a argamassa colante, em virtude de sua pequena espessura, não consegue corrigir grandes ondulações ou diferenças da base.

O desvio de planeza da superfície sobre a qual serão assentados os revestimentos cerâmicos não deve ser maior que 3,00mm em relação a uma régua retilínea com 2,00m de comprimento.

As peças de revestimento devem estar isentas de pó, engobes pulvulentos ou partículas soltas, notadamente no tardo, e assentadas a seco sobre a argamassa colante estendida sobre a superfície da base.

Eventuais cortes, caso sejam necessários, devem ser feitos mediante emprego de ferramenta com ponta de vidra ou diamante. Não serão aceitos cortes irregulares, como aqueles produzidos por torquês.

O assentamento inicia-se estendendo-se a pasta de argamassa colante com o lado liso da desempenadeira de aço, apertando-a de encontro à superfície da base, formando uma camada uniforme de cerca de 3,00 a 4,00mm. A seguir e com quantidade adicional de pasta, aplicar o lado denteado da desempenadeira em ângulo de 60°, formando cordões que facilitam o nivelamento e a fixação das placas de porcelanato. É vedado o aproveitamento de sobra de pasta de argamassa colante de um período e outro de trabalho, ou de um dia para outro.

O assentamento das peças deve ser realizado de baixo para cima, uma fiada de cada vez. Espalhar e pentear a argamassa colante também no tardo das peças. Cada peça deve ser aplicada ligeiramente fora de posição, de modo a cruzar os cordões do tardo e da base. Pressioná-la, arrastando-a até a posição final. Atingida a posição final, aplicar vibrações manuais de grande frequência, transmitidas pelas pontas dos dedos, procurando obter a maior acomodação possível, que pode ser constatada quando a argamassa colante fluir nas bordas da placa cerâmica. Na aplicação das placas cerâmicas, os cordões de argamassa colante devem ser totalmente desfeitos, formando uma camada uniforme, configurando-se impregnação total do tardo pela argamassa colante.

O rejuntamento das placas cerâmicas deve ser iniciado no mínimo após três dias de seu assentamento. Verificar previamente, por meio de percussão com instrumento não contundente, se existe alguma placa apresentando som cavo, a qual deve ser removida e imediatamente reassentada.

As juntas entre as placas devem estar isentas de sujidades, resíduos e poeiras que impeçam a perfeita penetração e aderência do rejuntamento.

O material de rejuntamento deve ser aplicado em excesso, com auxílio de desempenadeira emborrachada ou rodo de borracha, preenchendo completamente as juntas. Remover o excedente de argamassa de rejuntamento com um pano seco ou espuma umedecida em água, assim que iniciar o seu endurecimento, a fim de evitar a aderência da argamassa à superfície da placa cerâmica.

A aceitação do revestimento estará condicionada a inspeção e aprovação da Fiscalização.

5.10.3 Rodapé Cerâmico

Os rodapés serão confeccionados com as placas cerâmicas descritas na descrição do piso cerâmico, observando-se os mesmos cuidados executivos, com altura de 7cm.

5.11 PINTURA

A UBSF deverá receber pintura externa em toda sua área, e pintura interna apenas nas áreas novas e nos ambientes em que houverem intervenções (nestes casos toda a sala deverá receber pintura).

A execução de serviços de pintura deverá atender às seguintes Normas e práticas complementares:

- NBR 13245 – Execução de Pinturas em Edificações não Industriais;
- NBR 11702 – Tintas para Edificações não Industriais – Classificação; e
- NBR 12554 – Tintas para Especificações não Industriais.

Todos os materiais deverão ser recebidos em seus recipientes originais, contendo a indicação dos fabricantes, identificação das tintas e rótulos intactos. Os recipientes deverão indicar a data de fabricação e os prazos de validade de seus componentes.

A área para armazenamento das tintas deverá ser ventilada, em local seco e provida de dispositivos adequados à prevenção de incêndios e explosões.

Antes do início de quaisquer serviços de pinturas, deverão ser observadas as recomendações dos fabricantes bem como as seguintes diretrizes gerais:

- As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias ou corpos estranhos;
- A poeira e a pintura existente deverão ser eliminadas com escovas, lixas, raspagem e jatos de água, as manchas serão removidas com solventes; e
- A aplicação será dada em duas demãos, cada demão de tinta somente será aplicada quando a anterior estiver totalmente seca, recomendando-se um intervalo de, pelo menos, 24 horas entre demãos sucessivas.

Igual cuidado deverá ser tomado entre o emassamento e a aplicação de pinturas, recomendando-se um intervalo mínimo de 48 horas entre esses diferentes serviços.

Precauções especiais deverão ser observadas em relação à superfícies que não receberão pinturas, para evitar respingos.

Recomenda-se adotar os seguintes procedimentos para proteção de superfícies e estruturas:

- 1º - isolamento com tiras de papel, fitas adesivas, panos, jornais ou outros materiais;
- 2º - remoção de salpicos, enquanto a tinta estiver fresca, empregando, se necessário, removedores adequados;

A aplicação das tintas só se dará após a cura total das argamassas do emboço.

Especial cuidado deverá ser tomado em relação aos pisos, onde deverão ser completamente isolados, para eliminar qualquer chance de respingo e consequente absorção.

Antes do início dos serviços de pintura, a CONTRATADA deverá preparar uma amostra de cores no próprio local das pinturas, para aprovação da fiscalização, com uma área mínima de 0,75 m². O padrão de cores deverá seguir o existente no restante da escola.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação dos fabricantes e aplicadas nas proporções recomendadas.

As camadas deverão ser uniformes, sem corrimentos, falhas ou outras marcas.

Todas as tintas serão rigorosamente preparadas dentro das latas e periodicamente mexidas, antes e durante sua aplicação, a fim de se manter como uma mistura densa e uniforme, evitando sedimentação de componentes das mesmas. Os serviços de pintura não poderão ocorrer em dias chuvosos ou cuja umidade relativa do ar, esteja acima de 90%, ou com ventos fortes.

5.12 COBERTURA EM POLICARBONATO

A área que compreende a entrada principal da UBSF e sua zona de embarque e desembarque deverá receber cobertura em telha de polycarbonato(chapa de 3mm) com estrutura metálica, conforme projeto arquitetônico.

6 PROJETO HIDROSSANITÁRIO

O presente projeto atende às normas vigentes da ABNT para edificações, Leis/Decretos Municipais, Estaduais e Federais. Tais requisitos deverão ser atendidos pelo seu executor, que também deverá atender ao que está explicitamente indicado nos projetos, devendo o serviço obedecer às especificações do presente Caderno de Especificações.

Dentre as mais relevantes e que nortearam o serviço de desenvolvimento deste projeto de instalações hidrossanitárias, destacamos:

- NBR 5626 – Instalação de Água Fria.
- NBR 6493 – Emprego de Cores para identificação de tubulações - Procedimento.
- NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.
- NBR 8160 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução.
- NBR 5688 – Sistemas prediais de água pluvial esgoto sanitário e ventilação – Tubos e Conexões.
- NBR 10844 – Instalações prediais de águas pluviais.
- RDC 50 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

6.1 ÁGUA FRIA

A distribuição de rede de água fria na edificação será refeita, excetuando – se apenas as descidas das salas emergência e vacinação que serão reaproveitadas. As tubulações a serem executadas, desviarão sempre que possível de quaisquer colunas, pilares, vigas ou outros elementos estruturais, quando necessário serão deixadas esperas com tubulações de diâmetro superior nestes elementos antes da concretagem dos mesmos. Durante a construção e a

montagem dos aparelhos, as extremidades livres das canalizações serão protegidas com plugues, caps ou outro tipo de proteção.

As tubulações de distribuição de água, antes do fechamento dos rasgos das alvenarias ou de seu envolvimento por capas de argamassa ou de isolamento térmico, serão lentamente cheias de água, para eliminação completa de ar e, em seguida, submetida à prova de pressão interna.

6.1.1 Abastecimento Predial:

Para alimentar o reservatório será mantida a tubulação de entrada existente.

O sistema de distribuição será indireto, sem bombeamento (quando há pressão suficiente da rede pública, independentemente da continuidade de fornecimento). Foi adotado um reservatório superior, a alimentação da instalação então ocorre por gravidade, a partir do reservatório novo.

6.1.2 Reservatório (Substituição):

O reservatório que alimenta a edificação será substituído por caixa d'água em polietileno com capacidade de 1000 litros. Possuirá também, extravasor, tubulação de limpeza bem como instalação de torneira de boia junto a entrada do mesmo.

6.1.3 Tubos e Conexões (abastecimento dos aparelhos):

Os tubos e conexões serão em PVC rígido, tipo junta soldável, embutidos na alvenaria e forros conforme projeto hidrossanitário (água fria). Sob nenhuma hipótese poderão ser deformados, utilizando-se peças apropriadas para cada caso.

A CONTRATADA deve optar por curvas em vez de joelhos a fim de diminuir perdas de pressão na tubulação.

Os diâmetros das tubulações a serem executadas estão descritos em planta de projeto hidrossanitário, e no caso do projeto de água fria foram descritos os diâmetros externos (DE).

Para efeito de dimensionamento considerou – se conforme projeto arquitetônico, bacias sanitárias com caixa de descarga acoplada.

As tubulações deverão ser fabricadas em conformidade com as especificações da norma NBR 5648, em PVC rígido próprio para instalações hidráulicas, com juntas soldáveis e pressão de serviço de 7,5 Kgf/cm². As conexões deverão ser em PVC rígido, com bolsa para junta soldável, pressão de serviço de 7,5 Kgf/cm². Nas interligações com os metais sanitários deverão ser utilizadas conexões com rosca em bucha de latão.

Conforme item 6.2.5.3 da NBR 5626: É proibido o encurvamento de tubos e a execução de bolsas nas suas extremidades.

Para execução de juntas soldadas, as extremidades dos tubos devem ser cortadas de modo a permitir o alojamento completo, destes tubos, dentro das conexões. O corte deve ser feito com ferramenta em boas condições de uso, para se obter uma superfície de corte bem acabada e garantir a perpendicularidade do plano de corte em relação ao eixo do tubo. As rebarbas internas e externas devem ser eliminadas com lima ou lixa fina. As superfícies dos

tubos e das conexões a serem unidas devem ser lixadas com lixa fina e limpas com solução limpadora recomendada pelo fabricante. Ambas as superfícies devem receber uma película fina de adesivo plástico (solda). A extremidade do tubo deve ser introduzida até o fundo da bolsa, sendo mantido imóvel por cerca de 30 s para pega da solda. Remover o excesso de adesivo e evitar que a junta sofra solicitações mecânicas por um período de 5 min.

Os revestimentos de proteção devem ser examinados para verificação de sua integridade, reparando-se eventuais danos ou defeitos, de forma a garantir sua continuidade.

6.1.4 Registros (abastecimento dos aparelhos):

O reservatório principal possuirá duas saídas, ambas com registro de gaveta bruto, já o reservatório secundário possuirá apenas uma saída também com registro de gaveta bruto.

Os registros instalados nas CAF's e ramais de abastecimento dos aparelhos por se tratarem de elementos decorativos devem ser com acabamento e canoplas cromados.

6.2 ESGOTO

O esgotamento existente, que deverá ser mantido está descrito no projeto hidrossanitário, e para os novos aparelhos será executado novos ramais de esgoto, conforme projeto.

As tubulações a serem executadas, desviarão sempre que necessário de quaisquer colunas, pilares, vigas ou outros elementos estruturais. As mesmas, quando aparentes deverão ser convenientemente fixadas por braçadeiras, tirantes de aço ou outros dispositivos que lhes garantam perfeita estabilidade, bem como devidamente pintadas.

O sistema predial de esgoto sanitário deve ser separador absoluto em relação ao sistema predial de águas pluviais, dessa maneira não deve existir nenhuma ligação entre os dois sistemas. Todos os tubos e conexões da rede de esgoto serão em PVC rígido. Todas as caixas de inspeção foram localizadas no térreo, em área externa ao prédio.

6.2.1 Tubos e Conexões:

Os tubos e conexões serão em PVC rígido, tipo junta soldável, embutidos nas paredes e pisos ou ainda aparentes. Sob nenhuma hipótese poderão ser deformados, utilizando-se peças apropriadas para cada caso. As bitolas descritas no projeto de esgoto são diâmetros nominais (DN).

Todos os trechos horizontais previstos no sistema de coleta e transporte de esgoto sanitário devem possibilitar o escoamento dos efluentes por gravidade, devendo, para isso, apresentar uma declividade constante. Recomendam-se as seguintes declividades mínimas: • 2% para tubulações com diâmetro nominal igual ou inferior a 75 mm; • 1% para tubulações com diâmetro nominal igual ou superior a 100 mm

Os respiros devem ser em tubos de PVC, ultrapassando em 30cm a altura da cobertura.

6.2.2 Caixas de Inspeção:

As caixas de inspeção constantes no projeto devem ser executadas em alvenaria de tijolo maciço e =10cm e com dimensão interna de 60x60x60cm (a altura pode variar conforme necessidade). A mesma deve ser revestida internamente com barra lisa (cimento e areia, traço 1:4) e=2,0cm, possuir tampa pré-moldada de concreto armado e fundo de concreto simples 15MPa.

6.2.3 Caixa de Gordura

A Caixa de Gordura é destinada a reter, na sua parte superior, as gorduras, graxas e óleos contidos no esgoto, formando camadas que devem ser removidas periodicamente, evitando que estes componentes escoem livremente pela rede, obstruindo a mesma. Conforme orientações da norma NBR 8160 optou – se pelo uso de caixa de gordura pequena (CGP) em PVC para receber os efluentes provenientes da pia da cozinha.

6.2.4 Caixas Sifonadas

As caixas sifonadas, serão de PVC, com tampas metálicas inox do tipo “abre e fecha”.

6.2.5 Tanque Séptico

Os materiais empregados na execução do tanque séptico, devem possuir resistência mecânica adequada e resistência ao ataque químico. A laje de fundo deve ser concretada antes da construção das paredes, e o tanque deve ser estanque, para isso antes do mesmo entrar em funcionamento deve ser submetido ao ensaio de estanqueidade, realizado após ele ter sido saturado por no mínimo 24 h. A estanqueidade é medida pela variação do nível de água, após preenchimento, até a altura da geratriz inferior do tubo de saída, decorridas 12 h. Se a variação for superior a 3% da altura útil, a estanqueidade é insuficiente, devendo-se proceder à correção de trincas, fissuras ou juntas. Após a correção, novo ensaio deve ser realizado.

O período de limpeza previsto em projeto corresponde a intervalos de 1 ano. Para o acesso à limpeza dos tanques, deverá ser previsto na laje superior, tampões de inspeção e limpeza conforme projeto.

Os tampões de fechamento dos tanques devem possuir fechamento hermético e serem diretamente acessíveis para manutenção.

6.2.6 Filtro Aeróbico

Para material filtrante no filtro anaeróbio deve ser utilizado brita nº 4 ou nº 5, com as dimensões mais uniformes possíveis. Não é permitida a mistura de pedras com dimensões distintas, a não ser em camadas separadas, para não causar a obstrução precoce do filtro;

No fundo falso, o diâmetro dos furos deve ser de 2,5 cm.

O número total de furos deve ser de tal modo que a somatória da área dos furos corresponda, no mínimo, a 5% da área do fundo falso.

O filtro anaeróbio deve possuir uma cobertura em laje de concreto, com a tampa de inspeção localizada em cima do tubo-guia para drenagem.

6.2.7 Clorador

Para a Cloração a CONTRATADA deverá prever a cloração por pastilha (hipoclorito de cálcio), uma vez que este método representa menor preocupação em nível operacional.

6.2.8 Sumidouro

O sumidouro deve ser executado conforme descrito no projeto hidrossanitário.

6.2.9 Drenagem dos Ares condicionados

Para a drenagem dos ares condicionados deve ser utilizado tubo PVC com diâmetro nominal 25mm para aplicação em instalações hidráulicas e com ligação das peças do tipo soldável.

Os tubos devem ser soldados com adesivo plástico apropriado, após lixamento com lixa d'água em folha, grão 100 para uso em tubos e conexões de PVC e limpeza com solução desengordurante das superfícies a serem soldadas. Limpar a ponta do tubo e a bolsa da conexão com solução limpadora.

O adesivo deve ser aplicado na bolsa da conexão e na ponta do tubo; após a junção das peças, deve-se remover o excesso de adesivos, pois estes atacam o PVC; não movimentá-los por, aproximadamente, 5 minutos. Após soldagem, aguardar 24 horas antes de submeter a tubulação às pressões de serviço ou ensaios de estanqueidade e obstrução.

6.3 APARELHOS E METAIS

6.3.1 Vasos Sanitários

O banheiro para ostomizados deverá possuir ainda um sanitário infantil, o qual deve ser limpo por meio de válvula de descarga. A bacia será elevada até a altura da bancada de granito por meio de caixa de alvenaria revestida com granito ornamental, e deverá ser da cor branca. Os tampos e arcos serão também na cor branca com fixação cromada.

As demais bacias sanitárias serão do tipo caixa acoplada de louça branca e tampos e arcos também na cor branca com fixação cromada. A bacia existente no banheiro da recepção será reaproveitada e instalada no banheiro dos funcionários.

Todos os vasos sanitários deverão ser entregues e instalados com todos os dispositivos e acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento. Marca: Deca, Roca ou similar.

6.3.2 Lavatórios

Os lavatórios existentes nos banheiros da recepção serão reutilizados, um para a sala de emergência e a outra no WC dos funcionários.

Nos consultórios os lavatórios serão do tipo suspenso na cor branca com dimensões de 29,5 x 39,5 cm (Referência: Deca L.15.17 ou similar).

Nos banheiros adaptados os lavatórios serão de canto e de louça branca nas dimensões 40x30 cm (Referência: Deca L.76 ou similar).

6.3.3 Bancadas de Granito com Cubas de Embutir

As bancadas deverão ser em granito ornamental polido, nas dimensões conforme projeto arquitetônico (Prancha 09/10), acompanhadas de uma cuba em aço inoxidável 53x40x19 cm com acabamento acetinado e de embutir com sifão tipo flexível em PVC. A região da pia deve ser rebaixada, o tampo terá borda dupla e acabamentos de saia e respigadeira. A bancada deve ser suportada com mãos francesas metálicas com no máximo 10 cm.

6.3.4 Torneira das Bancadas de Granito

As torneiras nas bancadas de granito serão de parede em metal com acabamento cromado (Referência: Deca 1178C25 ou similar).

6.3.5 Torneira Lavatórios

As torneiras dos lavatórios serão de mesa em metal com acabamento cromado.

6.3.6 Tanque

O tanque será em aço inoxidável (Aço 304) com esfregador nas dimensões 50x40x22 cm.

7 Instalações Elétricas

As instalações elétricas das obras de ampliação da UBSF Santa Tereza deverão ser executadas conforme discriminado nos projetos em anexo, bem como seguir todos os procedimentos executivos (quando aplicáveis) previstos nas seguintes normas;

- NBR 5361 (Disjuntores de baixa tensão) (se necessário);
- NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão) (se necessário);
- NBR 5413 (Iluminância de interiores – Procedimento) (se necessário);
- NBR 5444 (Símbolos Gráficos para Instalações Elétricas Perdidas) (se necessário);
- NBR 6150 (Eletrodutos de PVC rígido – Especificação) (se necessário);
- NBR 6527 (Interruptores para instalação elétrica fixa doméstica e análoga) (se necessário);
- NBR 9513 (Emendas para cabos de potência isolados para tensões até 750 V) (se necessário);
- NBR 13570 (Instalações elétricas em locais de afluência de público) (se necessário).

As peças embutidas nas alvenarias deverão permitir um recobrimento mínimo de 2cm de argamassa.

Deverão ser conhecidas e obedecidas as posturas da Concessionária local de energia elétrica (CEEE – Regulamento de instalações consumidoras de baixa e média tensão) e as recomendações dos fabricantes dos materiais/equipamentos a empregar.

Quaisquer dúvidas, omissões ou discrepâncias encontradas nestas especificações, deverão ser comunicadas ao projetista ou à Fiscalização em tempo hábil.

Todos os materiais e equipamentos utilizados deverão ser de primeira qualidade e próprios para instalação em ambientes salinos.

7.1 Alimentação do Quadro de Distribuição

A alimentação do quadro de distribuição da área de ampliação da UBS Santa Tereza deverá partir do quadro existente na edificação, e para isto, este quadro existente deverá ser redimensionado de acordo com a nova solicitação de carga, ficando este serviço sob responsabilidade da CONTRATADA, que deverá submeter o projeto com as adequações necessárias para aprovação da fiscalização da CONTRATANTE.

7.2 Quadro de Distribuição

O quadro de distribuição, será instalado no interior do prédio com sua face voltada para a área de circulação, deverá ser de embutir, próprio para instalação elétrica, fabricado em chapa de aço com pintura primer alquídica e moldura com porta articulável em chapa de aço com pintura eletrostática, dotada de fecho com dispositivo de maneira a não permitir o acesso involuntário do público (fechadura com miolo tipo triangular, quadrada, castelo ou outro dispositivo). Deverá possuir placa de montagem em monobloco, confeccionada em chapa de aço com pintura a base de esmalte sintético além do barramento em cobre.

A caixa deve ser instalada de modo que a parte superior da face frontal fique a uma altura de 1,60m com uma tolerância de +/- 0,15m em relação ao piso acabado.

Neste quadro deverá conter dois barramentos para equipotencialização, um para o neutro e outra para o terra, além dos barramentos das fases.

Toda ligação aos componentes (barramentos, medidores, disjuntores, etc.) devem ser feita utilizando-se terminais à compressão pré-isolados “tipo não soldados” adequados a cada conexão.

Os cabos alimentadores da medição e dos quadros de distribuição deverão ser contínuos, sem emendas no seu lançamento.

Na tampa do quadro deverá conter, de maneira indelével, a seguinte informação: “ATENÇÃO PERIGO DE CHOQUE ELÉTRICO”, juntamente com o sinal de atenção para energia elétrica (triângulo com fundo amarelo e sinal de raio e bordas em preto).

Na parte interna da tampa do quadro, os circuitos deverão ser identificados de tal forma que a correspondência entre componente e respectivo circuito possa ser prontamente reconhecida. Essa identificação deve ser legível, indelével, posicionada de forma a evitar qualquer risco de confusão e, além disso, corresponder à notação adotada no projeto (esquemas e demais documentos).

7.3 Disjuntores

Os disjuntores padrão europeu (DIN) deverão ser conforme a norma IEC-947/2 e possuir capacidade conforme especificado no diagrama unifilar e detalhado no projeto elétrico.

Esses equipamentos de proteção/operação deverão ser do tipo termomagnético (disparo térmico para proteção contra sobrecarga e eletromagnético para curto circuito). Os disjuntores do Quadro de Distribuição serão separados conforme o circuito que atendam (Iluminação ou Tomadas).

7.4 Dispositivo Residual (Dr) Tetrapolar

Para proteção contra choques elétricos de contatos indiretos nos circuitos de tomadas de uso geral e tomadas de uso específico (Chuveiros, Torneiras elétricas, etc.), deve ser instalado dispositivo de proteção Diferencial residual – DR na entrada do quadro de distribuição. Não é permitido a utilização de DR dentro do quadro de medição. O dispositivo residual deverá possuir interrupção do circuito independente da alavanca de acionamento; permitir a fácil identificação das posições através das cores tanto no corpo do disjuntor, quanto na manopla a ele associada, respeitando-se as cores e posições a seguir: “L” (Ligado – Vermelho) e “D” (Desligado - Verde) além de possuir interruptor para teste; interrupção do circuito independente da alavanca de acionamento; construção interna das partes integrantes totalmente metálica (para garantir uma vida útil maior e evitar deformações internas); contatos banhados a prata; fixação em trilho DIN, sensibilidade de desarme 30mA ($I_{\Delta n} \leq 30\text{mA}$), diante de qualquer nível de corrente de fuga à terra, ser certificado com a norma IEC 61008 além de possuir acionador para teste de operacionalidade, e grau de proteção IP20.

7.5 Dispositivo Protetor Contra Surtos (Dps)

Para proteção contra surtos de tensão causados por descargas atmosféricas, manobras, etc., deve ser instalado o dispositivo de proteção contra surtos no quadro de distribuição. O DPS será ligado entre fases-terra, com cabo de cobre, seção mínima 4,0mm², isolamento PVC 750 V, e o comprimento máximo dos condutores até o barramento de equipotencialização ou barramento terra não deve ser superior a 50 cm. O DPS deverá ser instalados logo após o disjuntor principal e antes dos interruptores diferenciais DR's. O DPS deverá ser protegido por um disjuntor trifásico de 300 A em série.

Deverá conter identificação visual da vida útil do protetor de surto. E o mesmo deverá ter as seguintes especificações: base monopolar; fixação em trilho DIN; plug-in; classe de proteção tipo II (175V; $I_n = 20\text{kA}$; $I_{m\acute{a}x} = 40\text{kA}$).

7.6 Cabos e Fios Elétricos

Deverá ser adotado o seguinte critério de cores para a isolação dos condutores nos circuitos terminais de acordo com a sua finalidade:

TABELA 1 – Critérios das cores dos condutores.

Condutor	Cor da isolação
Fase	Vermelha, preta ou branco
Neutro	Azul claro
Terra	Verde com amarelo
Retorno	Amarelo

A seção dos condutores está especificada nos quadros de carga. Onde houver necessidade de emendas ou derivação desses condutores, quando necessário, só deverão ocorrer nas caixas de passagem, nunca dentro dos eletrodutos ou qualquer lugar inacessível, as emendas deverão receber isolação de dupla camada, sendo a primeira através da aplicação de camada de fita auto fusão, em sobreposição mínima de 50 % e a segunda composta por camada de fita isolante de PVC de alta qualidade em sobreposição de 63 %. Deverão ser feitas de tal forma que não comprometa sua condutividade bem como as características de sua isolação e com a utilização de distribuidores de energia.

Todos os cabos e fios elétricos deverão ser de cobre eletrolítico de alta pureza e, conforme projeto, ser:

- Fio 2,5 mm² Isol. PVC – 0,6/1,0 kV
- Fio 4,0 mm² Isol. PVC – 0,6/1,0 kV
- Fio 6,0 mm² Isol. PVC – 0,6/1,0 kV
- Fio 10,0 mm² Isol. PVC – 0,6/1,0 kV
- Fio 35,0 mm² Isol. PVC – 0,6/1,0 kV

Os cabos e fios elétricos (fase, neutro, terra) deverão ser identificados em suas extremidades, com numeração de seus respectivos circuitos, junto aos disjuntores e tomadas com anilhas de PVC.



FIGURA 6 – Imagem Ilustrativa de fios e cabos.

7.7 Eletrodutos

Na área de ampliação os condutores dos circuitos de iluminação e força serão lançados em eletrodutos de PVC flexível corrugado, embutidos em laje e na alvenaria. Já na área existente do prédio, os condutos serão de PVC flexível lançados sobre a laje, indo até a posição do ponto e descem através de furo na laje, passando a ser do tipo rígido aparente até a altura da caixa 4"x2".

Estes eletrodutos deverão ser instalados conforme as normas NBR 5410, NBR 13570 NBR-6150.

Os Eletrodutos utilizados deverão ser de 1ª. Linha (classe "A"), marcas que possuam o Certificado de qualidade (INMETRO, IPT, CIENTEC ou equivalente), em modelos de aplicação, toda e qualquer similaridade deverá ser reconhecida pelo mercado em termos de preço, qualidade, e aceita pela Contratante.

As dimensões dos eletrodutos em cada trecho estão citadas na planta do projeto unifilar. Quanto não constar a dimensão da bitola será utilizado o eletrodutos de 25mm. As fixações, continuidade e derivações dos eletrodutos deverão ser executadas com as peças apropriadas, recomendadas pelo fabricante do material.

7.8 Luminárias, Tomadas e Interruptores

7.8.1 Luminárias Tipo Calha (internas)

As luminárias do tipo calha deverão ser de sobrepor, devendo ser em chapa de aço fosfatizada e pintura eletrostática na cor branca. Refletores em alumínio e aletas planas em chapa de aço branca.

As luminárias deverão ser equipadas com duas lâmpadas LED, tipo T-8, bi-pino, soquete padrão G-13. Terão potência de 18/20 W, eficiência luminosa > 85 lm/W.

As lâmpadas terão sua temperatura de cor entre 5000K e 8000K (branco ou super branco).

7.8.2 Luminária Tipo Plafon Simples (Compressor)

Deverá ser instalada uma luminária tipo plafon simples na área do compressor, conforme projeto. A luminária deverá ser possuir base E27, para lâmpadas compactas de LED, com potência de 15 W, branca.

7.8.3 Luminárias Tipo Refletor LED (Externas)

Nas áreas externas, serão instaladas luminárias de sobrepor, tipo refletor retangular de LED de 40W de potência, nos muros e paredes, conforme indicado em projeto.

Todas as áreas já existentes da edificação que passam por reforma devem receber luminárias do tipo calha, idênticas às colocadas nas áreas novas, alterando também a posição dos interruptores, conforme projeto em anexo.

7.8.4 Pontos de Força

Serão instalados pontos de força monofásicos ou bifásicos, baixo (30cm do piso acabado), médio (120cm do piso acabado) e alto (180cm piso acabado) conforme prevê o projeto elétrico anexo a este MD, compreendendo este item:

a) pontos de tomadas simples de embutir 2P+T 20A, as tomadas serão hexagonais com 3 pinos (2P+T), padrão da NBR 14136;

b) Cabo de cobre isolado PVC 70°C (tipos BW e BWF), 0,6/1,0 kV que atenda a NBR 6148 e NBR NM 280, a seção dos condutores seguirão as indicações dos diagramas unifilares e tabelas constantes no projeto elétrico anexo a este MD. Quando não indicado no projeto, a seção mínima será de 2,5 mm².

7.8.5 Pontos de Iluminação

Deverão ser instalados pontos de iluminação monofásicos com comando automático conforme prevê o projeto elétrico anexo a este MD, compreendendo este item:

a) Interruptores simples, duplos, triplos e/ou tipo hotel, de embutir 10A/250V~ 01 ou 02 ou 03 tecla, c/ placa conforme preconizado no projeto elétrico anexo a este MD.

b) Cabo de cobre isolado PVC 70°C (tipos BW e BWF), 0,6/1,0 kV que atenda a NBR 6148 e NBR NM 280, a seção dos condutores seguirão as indicações dos diagramas unifilares e tabelas constantes no projeto elétrico anexo a este MD. Quando não indicado no projeto, a seção mínima será de 2,5 mm².



FIGURA 7 – Exemplo de modelo tomadas e Interruptores.

8 Lógica e Telefonia

Para as instalações de rede e telefonia, serão executadas apenas as esperas para os pontos nas salas e, para tal, considerou-se que a central de distribuição será na sala de reuniões, de onde partirá toda a alimentação dos sistemas no prédio. Na área de ampliação os eletrodutos deverão ser executados na laje de concreto armado e embutidos na parede, já nas áreas existentes, deverá ir sobre a laje até o ponto de instalação, onde deverá ser feito um furo na laje para a descida do eletroduto rígido aparente.

ANEXO A

ASPECTOS GERAIS, ANDAMENTO E RECEBIMENTO DA OBRA

Sumário

A.	ASPECTOS GERAIS	29
1.	Premissas.....	29
2.	Visita Técnica.....	29
3.	Proposta de preços.....	29
4.	Dos Projetos	30
5.	Prevalência entre Documentos.....	31
B.	ANDAMENTO DA OBRA.....	31
1.	Administração da Obra.....	31
1.1	Mão de Obra	31
1.2	Responsável Técnico	32
1.3	Mestre / Encarregado de Obra.....	32
1.4	Canteiro de Obra	32
1.5	Diário de Obras.....	32
1.6	Despesas Gerais de Consumo	33
2.	Segurança do Trabalho.....	33
2.1	Canteiro de Obra	33
2.2	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC).....	34
C.	RECEBIMENTO DA OBRA	35
1.	Recebimento Provisório	35
2.	Recebimento Definitivo.....	35
3.	Garantias dos Serviços	35

A. ASPECTOS GERAIS

1. PREMISSAS

A execução das obras e/ou serviços deverá obedecer às normas da ABNT, Leis municipais, estaduais e federais e a este Memorial Descritivo (MD) no que tange aos assuntos em tela.

2. VISITA TÉCNICA

A CONTRATADA ainda como licitante deverá realizar visita técnica ao local dos serviços e inspecionar as condições gerais do local, as instalações/redes, passagens, taludes, vegetação, passeios e cercas existentes, deverá verificar também, todas as demolições, cortes em vegetação e adaptações necessárias à conclusão dos serviços, bem como mensurar as cotas e demais dimensões do projeto, comparando-as com as medidas e níveis "in loco", pois deverão constar da proposta todos os itens necessários à execução total dos serviços, mesmo que estes itens não constem das estimativas da planilha orçamentária anexa.

Além da visita técnica, antes de começar os serviços, a empresa CONTRATADA deverá examinar cuidadosamente todos os itens deste Memorial Descritivo (MD), plantas desenhos dos projetos e quaisquer outros documentos fornecidos, pois será considerada como perfeita conhecedora de todas as circunstâncias que poderão atrapalhar e/ou facilitar a execução dos serviços.

Em caso de dúvidas quanto à interpretação deste Memorial Descritivo (MD), documentação técnica da obra ou discrepâncias constatadas no presente rol documental fornecido, deverão ser consultados o projetista e/ou a fiscalização para a solução do problema.

3. PROPOSTA DE PREÇOS

A CONTRATADA ainda como licitante apresentará, obrigatoriamente, sua proposta de preços detalhada conforme a planilha orçamentária em anexo.

O Custo Global de Referência (Preço Total), bem como o BDI deverão estar conforme:

- Decreto nº 7.983 de 8 de abril de 2013;
- Acórdão nº 2622/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Leis 12.546 de 14 de dezembro de 2011, e Lei 12.844 de 19 de julho de 2013;
- Arts. 6º, III, VI IX, f, 31º, III, 43º, IV, 44º, 56º, 58º, I, 65º e 80º, III da Lei nº 8.666/93.

O BDI, que deverá evidenciar em sua composição, os valores utilizados para a taxa de rateio da administração, percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram a CONTRATADA, taxa de risco, seguro, garantia e taxa de lucro, conforme disciplinado no art. 9º do decreto nº 7.983.

Quaisquer serviços constantes do presente MD, mesmo que não explicitados na planilha de quantidades, serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os valores relativos aos itens omitidos serem considerados na composição de custo unitário do item da

planilha que for mais conveniente, caso não seja introduzido item específico por ocasião de acerto da planilha orçamentária, à época da licitação.

Neste caso a empresa CONTRATADA concorda que as adequações do projeto e possíveis alterações contratuais sob a alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças (Planilha Orçamentária, Plantas, Memorial Descritivo, Especificações, Estudos Técnicos ou outra documentação fornecida para o presente Contrato) não poderão ultrapassar, no seu conjunto 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se desse percentual para a verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993

Serão encargos e ônus da CONTRATADA, entre demais providências cabíveis, o seguinte:

- A obtenção das licenças (e/ou autorizações) e a aprovação de documentos junto a órgãos ou entidades públicas e/ou privadas.
- Pagamento das custas inerentes a estes processos, inclusive taxas, impostos e demais tributos de qualquer natureza que venha a incidir em qualquer das etapas do processo de preparação para a realização dos trabalhos, durante a execução do objeto contratado.

A CONTRATADA ficará obrigada a demolir e a refazer por seu exclusivo dispêndio, todos os trabalhos que a fiscalização impugnar por má qualidade ou que contrarie as condições contratuais. Os atrasos e dispêndios financeiros decorrentes dessas medidas serão considerados de responsabilidade da CONTRATADA.

4. DOS PROJETOS

Quando na execução da obra, os projetos deverão ser verificados e poderão ser adaptados se forem constatadas alterações em relação à situação inicialmente existente, por ocasião dos levantamentos de dados, e que venham a prejudicar a execução e/ou o desempenho da solução projetada. Essas adaptações deverão ser submetidas à prévia avaliação do projetista e/ou fiscalização.

Caso alterações do projeto original venham a ocorrer, deverão constar obrigatoriamente do “As Built”, passando tais modificações para a responsabilidade do agente técnico que as modificou, formalizando as alterações na Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) correspondente.

Será de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração de detalhes e cálculos complementares que se fizerem necessários à perfeita execução da obra, baseados no presente Projeto Básico de engenharia, devendo a mesma agir em tempo hábil e submetê-los à prévia aprovação da fiscalização, antes do início da execução dos serviços.

Nestes casos conforme artigo 111º da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e artigo nº 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 o autor dos Projetos e/ou das alterações dos Projetos concorda em ceder para a Administração Pública os direitos patrimoniais na sua totalidade, em qualquer das modalidades: reprodução parcial ou integral; a edição; a adaptação, ou quaisquer outras transformações; tradução para qualquer idioma; a produção audiovisual; a distribuição para uso ou exploração da obra; a utilização, direta ou indireta, nas condições e prazos estipulados pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

A execução dos serviços fica condicionada à prévia elaboração dos detalhes executivos pertinentes e a aprovação dos mesmos pelo projetista e/ou fiscalização, tal condição não exime a CONTRATADA de proceder com as liberações e aprovações nos outros órgãos competentes.

5. PREVALÊNCIA ENTRE DOCUMENTOS

O presente Memorial Descritivo estabelece as condições técnicas que devem ser obedecidas na execução das obras, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos para materiais e serviços, e constituirá parte integrante do edital e do contrato.

Em caso de divergência entre o que dispõem os documentos da obra, será seguido o seguinte critério de prevalência:

- Entre o edital e o Memorial Descritivo, prevalecerá o edital;
- Entre o Memorial Descritivo e os desenhos, predomina o memorial;
- Projetos específicos de cada área predominam sobre os gerais das outras áreas;
- Entre cotas de desenho e suas medidas em escala, prevalecerão as primeiras;
- Entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala;
- Em caso de detalhes constantes nos desenhos e não referidos no Memorial Descritivo, valerão aqueles dos desenhos.

B. ANDAMENTO DA OBRA

1. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

1.1 Mão de Obra

Todos os serviços deverão ser executados por pessoas qualificadas e competentes para as tarefas, e quando necessário especializadas, objetivando o acabamento esmerado da obra e/ou serviço, além de obrigatoriamente treinadas em procedimentos de segurança do trabalho e prevenção de acidentes, conforme as diversas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Será obrigatória a permanência na obra de Responsável Técnico conforme suas atribuições legais em tempo suficiente para garantir a perfeita execução dos serviços.

A CONTRATADA é obrigada a retirar da obra ou serviço qualquer tarefeiro, operário ou subordinado seu que a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva, falta de decoro/pundonor ou incapacidade técnica.

A CONTRATADA é a responsável pela eficácia dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização negligente, imprudente ou descuidado dos trabalhos e/ou alterações indevidas do presente Memorial Descritivo (MD).

Todos os elementos que por ventura venham a ser danificados pela CONTRATADA ao longo dos trabalhos deverão ser recompostos, de forma a manter as características originais dos elementos ofendidos.

1.2 Responsável Técnico

A CONTRATADA ainda como licitante deverá comprovar que conta em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, que deverá acompanhar permanentemente a execução dos serviços, Tal exigência não dispensa a necessidade de outros profissionais da área que poderão compor equipe multidisciplinar.

1.3 Mestre / Encarregado de Obra

A empresa CONTRATADA deverá manter no canteiro um Mestre de obras que na ausência do Responsável Técnico, seja capaz de discutir e definir pequenos ajustes da obra com a fiscalização, desde que devidamente registrados em diários de obras.

1.4 Canteiro de Obra

A empresa CONTRATADA deve possuir uma estrutura administrativa conveniente a execução célere e eficaz das atividades da obra e/ou serviços contratados, tal estrutura, central ou local, deve possuir pessoal capacitado, instalações físicas adequadas, veículos e equipamentos apropriados para o desenvolvimento das atividades de supervisão, planejamento e o controle da qualidade, das atividades previstas neste MD.

Durante toda a execução das obras e/ou serviços deverá ser mantido, pela CONTRATADA, no canteiro de obras, um Diário de Obra, devidamente atualizado e assinado, onde constará todo e qualquer fato relevante ocorrido no dia, e onde deverão ser relatadas as observações, determinações, recomendações e reclamações da CONTRATANTE.

A CONTRATADA será obrigada a facilitar a fiscalização da(s) obra(s), serviço(s) e dos materiais utilizados, permitindo o acesso da fiscalização em todas as partes e compartimentos.

A CONTRATADA deverá manter a disposição da fiscalização no canteiro toda a documentação técnica da obra, cópias legíveis, para consulta, toda a documentação técnicas que compõe este Projeto Básico.

1.5 Diário de Obras

A CONTRATADA deverá manter no local da obra um livro de ocorrências (Diário de Obra), que deverá ser aberto por ocasião do primeiro dia e fechado no último dia da(s) obra(s) e/ou serviço(s) ou quando autorizado da fiscalização.

Este diário será o canal formal de comunicação entre a empresa CONTRATADA e fiscalização, nele poderão ser anotadas recomendações e determinações feitas pela fiscalização, bem como o contraditório, as defesas e/ou representações da CONTRATADA conforme preconiza o art. 5º inciso LV e artigo 37º § 3 ambos da Constituição Federal de 1988.

O Diário de Obras será preenchido no mínimo em duas vias, pela CONTRATADA e assinado pela Fiscalização e CONTRATADA, sendo a segunda via recolhida periodicamente à fiscalização, as folhas do Diário deverão ser numeradas sequencialmente em ordem crescente, bem como datadas ininterruptamente e obrigatoriamente conter:

Informações diárias fornecidas pela CONTRATADA:

- As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitos à sua ingerência;
- As tarefas executadas no dia;
- As consultas à fiscalização;
- As datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma

aprovado;

- Os acidentes ocorridos no dia;
- As respostas às interpelações da fiscalização;
- A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;
- Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

Informações diárias fornecidas pela Fiscalização:

- Atestação da veracidade de registros feitos pela CONTRATADA;
- Juízo formado sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no diário de obra;
- Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para a autoridade superior;
- Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- Determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da fiscalização.

1.6 Despesas Gerais de Consumo

Caberá a CONTRATADA as despesas com a manutenção do canteiro, com os pagamentos relativos aos consumos de energia elétrica, água etc., além do fornecimento dos materiais fungíveis ou não de escritório.

O compute dos consumos dos bens como energia elétrica, água, entre outros, deverá ser realizado pela instalação de medidores individuais.

Todo e qualquer transporte de materiais ou de pessoal, para a execução dos serviços, ficará a cargo da CONTRATADA.

2. SEGURANÇA DO TRABALHO

2.1 Canteiro de Obra

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

O canteiro da obra deverá apresentar boas condições de segurança e limpeza, e ordenada circulação, obedecer à NBR-12284, nele se instalando galpões, depósitos etc. e onde serão mantidos:

- As placas de identificação da obra e da empresa construtora.
- O diário da obra;
- Toda a documentação relativa aos serviços, na qual se incluem desenhos, especificações, contratos, cronogramas, etc.

O mobiliário e aparelhos necessários ao canteiro dos serviços ficarão a cargo da CONTRATADA, exceto nos locais de uso da Fiscalização, que será à custa da CONTRATANTE (se existirem).

2.2 Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC)

A empresa CONTRATADA deverá seguir todos os procedimentos de segurança referentes aos serviços, pois operações, manuseio ou manutenções inadequadas podem resultar em acidentes de trabalho severos ou mesmo a morte.

Será obrigatório o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) como capacete, botas, luvas cinto de segurança, cabo guia, trava-quedas (estes últimos quando os trabalhos forem em elevação superior a 2,00m do solo conforme determinado na Norma Reguladora do Ministério do Trabalho e Emprego NR nº 35) e demais equipamentos, necessários à segurança dos operários em atividade na obra, bem como também será obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Coletiva, (EPC) como sistema de sinalização, redes de proteção, kit de primeiro socorros, e demais equipamentos necessário à segurança dos trabalhadores e transeuntes do(s) local (ais) de obra, sendo que os encargos oriundos destas obrigações deverão estar inclusos nos valores de mão de obra, na planilha orçamentária apresentada pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas para que as tarefas sejam executadas com segurança. Todas as normas referentes à Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e outras, deverão ser rigorosamente cumpridas façam elas referência aos funcionários e contratados ou outras pessoas que estejam nas dependências da obra.

Toda a área do canteiro deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos, indicações de perigo, prevenção de acidentes e outros perigos relacionados às atividades desenvolvidas. Especial atenção deverá ser dada aos pontos de entrada e saída de máquinas e veículos na obra e nos locais onde ocorrer estrangulamento das faixas de tráfego.

Deverá ser prevista e fornecida pela empresa CONTRATADA a sinalização noturna de advertência durante o período de obra quando assim for exigida.

Instalações provisórias para combate a incêndios deverão ser previstas em todas as edificações e áreas sujeitas à incêndios, incluindo-se o canteiro de serviços, almoxarifados e adjacências.

A CONTRATADA deverá prever equipe de segurança interna para controle e precaução de acidentes e sinistros, nas instalações da obra, administração, refeitório, almoxarifados, etc.

cabendo à mesma toda a responsabilidade por quaisquer desvios, danos ou prejuízos, decorrentes da negligência deste item.

C. RECEBIMENTO DA OBRA

1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O Recebimento Provisório da obra ou serviço consiste na formalização escrita pela CONTRATADA informando a conclusão a obra ou serviço em tela, tal documento, de acordo com o estado físico da obra, pode ou não ser aceito pela Fiscalização, caso não seja aceito, a Fiscalização indicará, também por escrito, os motivos da recusa, caso a Fiscalização aceite o Recebimento Provisório da obra ou serviço, confeccionará, em até 15 dias, o Termo de Recebimento Provisório (TERP).

2. RECEBIMENTO DEFINITIVO

Após o decurso do prazo, não superior a 90 dias, para os reparos, e adequações do objeto aos termos contratuais, ou seja, após a CONTRATADA ter executado as correções citadas, a Comissão de recebimento definitivo confeccionará o Termo de Recebimento Definitivo no referido termo constarão além dos dados do contrato, também deverá constar o número da Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS da obra ou serviço.

3. GARANTIAS DOS SERVIÇOS

As obra(s) e/ou serviço(s) constantes deste memorial descritivo terão um período de garantia de 05 (cinco) anos a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TERD) conforme art. 69º da lei 8.666/1993 e art. 618º do código civil lei 10.406/2002.

A garantia da qualidade na execução dos serviços deverá ser implementada através da execução das rotinas específicas a serem cumpridas, devendo estar em consonância com a “NBR 19000 – Normas de Gestão de Qualidade e Garantia de Qualidade – Diretrizes para a seleção e uso” e a “NBR 19003 – Sistemas de Qualidade – Modelo para a Garantia de Qualidade em Inspeção e Ensaios Finais”.

Deverão ser cumpridos, no mínimo, os seguintes procedimentos para a Garantia da Qualidade:

- 1 - Verificação de conformidade entre este PB e Normas Técnicas;
- 2 - Manter aferidos os equipamentos de utilização, medição e testes a serem usados na obra;
- 3 - Manter na obra a documentação técnica completa do contrato, contendo, pelo menos:
 - 4 - Relatório de todos os testes e ensaios;
 - 5 - Manuais de instalação, operação e manutenção, com a relação de sobressalentes e certificados de garantia de todos os equipamentos instalados;

6 - Certificados de aferição emitido por órgãos competentes, homologados pelo INMETRO, dos equipamentos de medição e teste usados na obra; e

7 - Cópias das notas fiscais onde conste a discriminação dos materiais/equipamentos utilizados.

Esse conjunto de procedimentos e informações deverá constituir o manual da Garantia da Qualidade da Obra

Obs.: Essa documentação deverá ser revisada e atualizada mensalmente ou quinzenalmente, conforme o andamento dos serviços.